diagnósico

**diagnóstico e Plano de Ação**



PARANÁ - BRASIL

2022 - 2026

**Cidades e Comunidades Amigáveis**

**à Pessoa Idosa**



**Capitão Leônidas Marques -PR**

**Brasil – 2021**

**Estrutura Administrativa**

**MAXWELL SCAPINI**

Prefeito Municipal

**Sergio Antonio Tristone**

Vice Prefeito

**Regina Antunes Scapini**

Secretária Municipal de Assistência Social

**Fabiano de Holanda Guerra**

Secretário Municipal de Agricultura

**Francieli Pereira Hbner**

Secretária Municipal de Educação

**Fiorinda Pessatto**

Secretária de Planejamento

**Carlos Roberto da Silva**

Secretária Municipal de Saúde

**Jardel Ortolan**

Secretário Municipal de Esportes

**Valdemar Trapp**

Chefe de Gabinete

**ELABORAÇÃO DIAGNÓSTICO E DO PLANO DE AÇÃO DA CIDADE AMIGA DO IDOSO EM CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**

**INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS PARTICIPANTES**

- UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA DO PARANÁ - UTFPR – PATO BRANCO

- UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS – REALEZA

-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE – FRANCISCO BELTRÃO

**COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DE EQUIPE DE APOIO TÉCNICO AMIGA DA PESSOA IDOSA**

**Coordenadora do Projeto e Pesquisadora**

Profª. Drª. Maria de Lourdes Bernartt – UTFPR – PATO BRANCO

**Pesquisador e Orientador do relatório do Diagnóstico Municipal e da elaboração do Plano de Ação**

Prof. Dr. Emerson Martins – UFFS - REALEZA

**Pesquisadora e Coorientadora do relatório do Diagnóstico Municipal e da elaboração do Plano de Ação**

Profª. Drª. Franciele Aní Caovilla Follador - UNIOESTE – FRANCISCO BELTRÃO

**Pesquisadora e Apoio Técnico**

Me. Suelyn Maria Longhi de Oliveira – UTFPR – PATO BRANCO

**PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO**

**Secretaria Municipal de Educação** representada por sua Secretária Francieli Pereira Anders Hubner e sua suplente, Juliane Boni Barea;

**Secretaria Municipal de Saúde**, representada por Joycieli Vital Farias da Silva e sua suplente, Ivone S. Elsenbach Bortolace;

**Secretaria Municipal de Assistência Social, Cultura e Cidadania** representado por sua Secretária Regina Cristina Antunes Scapini e sua suplente, Roberta Carina Teixeira;

**Secretaria Municipal de Planejamento**, representada por sua Secretária Fiorina Martins Moreira Pezzato, e sua suplente Joice Sorok Larsen;

**Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente** representada por Rosméri Prause da Silva e seu suplente, Valdir Giachini;

**Secretaria Municipal de Esporte e Lazer,** representado por seu Secretário Jardel Avelino Ortolan e sua suplente, Daiane Aparecida Ruth da Silva Valendolf;

**Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI,** representado por Felícia Emília Bruschi e sua suplente, Salete Corasa;

**Pastoral da Pessoa Idosa**, representada por Nilva Manfrim Chimoia e sua suplente, Claudia Lançoni Marca;

**Rotary Club,** representado por seu presidente Alencar Trevisan e seu suplente, Jeferson Sartori;

**Lions Club,** representado por Joana Martins Bortoline Murineli e sua suplente, Neusa Stulp;

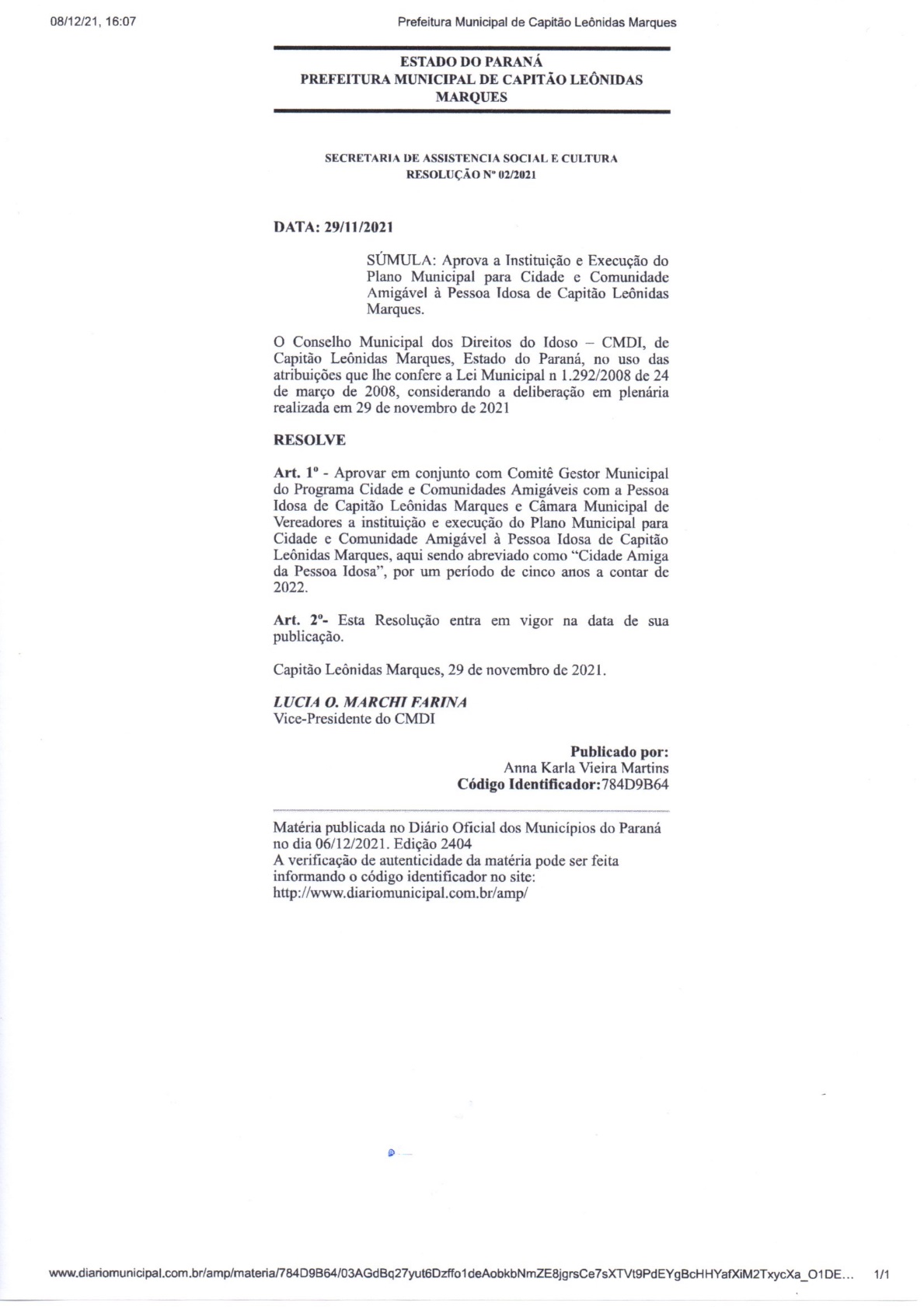
**OAB,** representada por Sandra Cristina Stulp e sua suplente, Roseli Fátima Tormen;

**Associação Comercial de Capitão Leônidas Marques - ACICAP,** representada por Vanessa Cristiane Félix e sua suplente, Bruna Primo Cesari.

**Edição final – SEMASC**

Anna Karla Vieira Martins, Eliane Konrad e Roberta Carina Teixeira.

**APROVAÇÃO DO CMDI E CÂMARA MUNICIPAL**



****

**Sumário**

[**1.0** **INTRODUÇÃO** 10](#_Toc98144226)

[**2.0** **PRINCÍPIOS E POSTULADOS LEGAIS** 11](#_Toc98144227)

[**2.1 A Política Nacional do Idoso e a Política Estadual do Idoso** 13](#_Toc98144228)

[**2.2 O Estatuto do Idoso** 14](#_Toc98144229)

[**3. DIRETRIZES** 16](#_Toc98144230)

[**4. BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PARANÁ** 21](#_Toc98144231)

[**4.1 O Município** 21](#_Toc98144232)

[**4.2 História** 21](#_Toc98144233)

[**4.3 IDHM – COMPONENTES** 23](#_Toc98144234)

[**4.4 POPULAÇÃO, LONGEVIDADE E MORTALIDADE** 23](#_Toc98144235)

[**4.5 RENDA** 24](#_Toc98144236)

[**5. MARCO SITUACIONAL DA POPULAÇÃO IDOSA EM CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR POR ÁREA DE ATUAÇÃO** 24](#_Toc98144237)

[**5.1. ASSISTÊNCIA SOCIAL** 26](#_Toc98144238)

[**5.2 SAÚDE** 30](#_Toc98144239)

[**5.2.1 SAÚDE MENTAL** 32](#_Toc98144240)

[**5.3 ESPORTE E LAZER** 33](#_Toc98144241)

[**5.4 ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA** 34](#_Toc98144242)

[**5.5 REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO** 34](#_Toc98144243)

[**6. EIXOS DO PLANO** 35](#_Toc98144244)

[**8. IMPLEMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO** 52](#_Toc98144245)

[**9. REFERÊNCIAS** 54](#_Toc98144246)

# **INTRODUÇÃO**

O presente plano de ação do Programa Cidade Amiga do Idoso é uma execução do Comitê Gestor Municipal do Programa Cidade e Comunidades Amigáveis com a Pessoa Idosa de Capitão Leônidas Marques, juntamente com o Poder Executivo Municipal, Poder Legislativo, Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR Campus de Pato Branco e Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS/Realeza, sendo norteados pelo ensejo de fortalecer e implementar ações destinadas aos cidadãos idosos do município de Capitão Leônidas Marques - PR.

O Comitê foi criado através do Decreto nº 227/2021, de 07 de julho de 2021 e é composto pelas seguintes representações: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social, Cultura e Cidadania; Secretaria Municipal de Planejamento; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer; Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI; Pastoral do Idoso; Rotary Club de Capitão Leônidas Marques; Lions Clube de Capitão Leônidas Marques; OAB de Capitão Leônidas Marques; Associação Comercial de Capitão Leônidas Marques – ACICAP.

Sabe-se que o envelhecimento populacional tem levantado várias questões fundamentais a serem exploradas por uma ampla comunidade de especialistas, que se veem debruçados sobre a projeção de uma sociedade cada vez mais idosa para as próximas décadas, associada ao já perceptível declínio do aumento populacional, ou seja, a redução de nascimento, e que se atrela a já notória ausência de medidas eficientes no sentido de adaptações e/ou preparações a esta nova realidade.

Diante disto, e da crescente preocupação, pesquisadores, epidemiologistas e estatísticos por meio de investigações científicas têm buscado fornecer dados por meio de diversos estudos e em diversas camadas da chamada terceira idade, para que haja o subsídio no desenvolvimento de políticas e programas adequados para essa parcela da população, uma vez que, reconhecidamente está é uma parcela da população que requer cuidados específicos e direcionados às peculiaridades advindas com o processo do envelhecimento sem segregá-los da sociedade.

Desta forma, a construção do respectivo plano, buscará retratar todos os serviços, programas e projetos existentes no município de Capitão Leônidas Marques, desenvolvidas pelos departamentos e ampliando as ações pro meio de novas propostas.

Por fim, importante ressaltar que o este plano de ação tem como princípios norteadores o fortalecimento de redes de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa. Com o propósito também de despertar uma consciência na sociedade Marquesiense quanto aos direitos previstos pelo Estatuto do Idoso e as responsabilidades da família, da sociedade e do Estado em relação à efetivação destes direitos.

A metodologia deste documento segue os aspectos de atendimento, prevenção, mobilização, defesa e garantia de direitos e diagnóstico municipal com base no Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas e demais normas vigentes.

# **PRINCÍPIOS E POSTULADOS LEGAIS**

 O primeiro marco de conquistas relacionadas aos direitos das pessoas idosas ocorreu em 10 de dezembro de 1948, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração dos Direitos Humanos em dignidade e direitos, que não deve haver distinção da raça, sexo, cor, língua, religião, política, riqueza ou de qualquer outra natureza, e prescreve, no artigo 25, os chamados direitos dos idosos: “Toda pessoa tem direitos a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle”.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, lei fundamental do Estado, declara todos os direitos e deveres dos cidadãos, independentemente da idade. Vale ressaltar que o legislador constituinte inovou ao estabelecer direitos à pessoa idosa, até então não previstos em outro texto constitucional.

Alguns artigos da Carta Magna referentes à idade merecem destaque:

* **Artigo 3°, inciso IV –** Dispõe que o objetivo fundamental do Estado é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.
* **Artigo 7°, inciso XXX –** Proíbe “diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.
* **Artigo 14, parágrafo 1°, inciso II, alínea “b” –** Faculta o direito de votar aos maiores de 70 anos.
* **Artigo 201 –** Salienta que a Previdência Social atenderá, entre outros eventos, a cobertura de doenças, invalidez, morte e idade avançada (inciso I). Estabelece, ainda, o tempo de contribuição para homens, mulheres e trabalhadores rurais (parágrafo 7°).
* **Artigo 203 –** Afirma que “a Assistência Social será prestada a quem dela precisar, independentemente de contribuição à seguridade social”, e relaciona, entre seus objetivos, “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice” (inciso I). Assegura, também, “um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei”.
* **Artigo 229 –** Determina que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar seus filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.
* **Artigo 230 –** Dispõe que “a família, a sociedade e o Estado, têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes direito à vida”. Estabelece que “os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares” (parágrafo 1°) e garante a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 anos (parágrafo 2°).

Após a promulgação da Constituição de 1988, outras leis surgiram amparando a pessoa idosa, entre elas citam-se: o Código de Defesa do Consumidor (1990), o Estatuto do Ministério Público da União (1993), a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), a Política Nacional do Idoso (1994), o Estatuto do Idoso (2003) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006). No âmbito do Estado do Paraná foi aprovada a Política Estadual do Idoso (1997).

A seguir, estão descritos alguns dados e reflexões sobre a Política Nacional, o Estatuto do Idoso e a Política Estadual do Idoso.

## **2.1 A Política Nacional do Idoso e a Política Estadual do Idoso**

A Lei n° 8.842, que instituiu a Política Nacional do Idoso – PNI, foi sancionada em 4 de janeiro de 1994, e regulamentada pelo Decreto n° 1.948, de 3 de julho de 1996. Ela assegura os direitos sociais e amplo amparo legal ao idoso e estabelece as condições para promover sua integração, autonomia e participação efetiva na sociedade. Objetiva, igualmente, atender às necessidades básicas da população idosa no tocante à educação, saúde, habitação e urbanismo, esporte, trabalho, assistência social e previdência, e justiça.

A referida lei cumpre sua missão, quando atribui competências a órgãos e entidades públicos, sempre de forma alinhada às suas respectivas funções. Ela determina que cada Ministério, de acordo com suas competências, elabore propostas orçamentárias, visando ao financiamento de programas compatíveis e integrados (inter e intraministraveis) voltados às pessoas idosas, e promovera cursos de capacitação, estudos, levantamentos e pesquisas relacionadas à temática da velhice e envelhecimento, em suas múltiplas dimensões.

A PNI institui várias modalidades de atendimento à pessoa idosa, entre elas os Centros de Convivência, os Centros de Cuidados Diurnos, os Hospitais-Dia e os Centros-Dia, as Casas-Lares, as Oficinas abrigadas de Trabalho e os atendimentos domiciliares. Ela, ainda, pontua que a atenção à pessoa idosa deve ser feita por intermédio da família, em detrimento à interpretação em Instituições de Longa Permanência – ILPIs.

Por outro lado, a Política Estadual do Idoso, instituída no Paraná pela Lei n° 11.563, de 23 de outubro de 1997, mantém a mesma redação da PNI e cria o Conselho Estadual do Idoso – CEDI/PR, de caráter consultivo, deliberativo e controlador da política de defesa do idoso, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de defesa dos direitos do idoso. Atualmente, o CEDE/PR encontra-se vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Em 2010, mais um passo foi dado para reforçar a Política Estadual dos Direitos das Pessoas Idosas, com a aprovação da Lei n° 16.732/10 que criou o Fundo Estadual da Pessoa Idosa, regulamentada pelo Decreto n° 9118/10. Entretanto, foi em 2013 que a resolução n° 04- CEDI/PR, de 25 de outubro de 2013, regulamentou a captação, a destinação e a aplicação dos recursos do Fundo Estadual – FIPAR/PR, tornando possível a efetivação de ações via Fundo, com deliberação do Conselho e execução do órgão gestor, que é a Secretaria a que se encontra vinculado. Assim, o Fundo é um instrumento de natureza contábil, com a finalidade de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro à implantação, manutenção e desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa, no âmbito do estado do Paraná.

## **2.2 O Estatuto do Idoso**

O Estatuto do Idoso, Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003, reforça e amplia a todos as pessoas, a partir de 60 anos de idade, os direitos já assegurados nas leis anteriores, estabelecendo também deveres e medidas de punição. Esse documento configura-se o texto legal de maior potencial, no que se refere à proteção e regulamentação dos direitos da pessoa idosa, e foi aprovado em 2003, mais de 20 anos após a resolução da ONU, que, em 1982, realizou a 1° Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, cujo resultado foi à produção do Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento (ONU, site oficial).

No âmbito nacional, o Estatuto do Idoso é uma Lei que faz correta leitura do envelhecimento no Brasil, reconhecendo que significativa parcela desses sujeitos tem os seus direitos violados, da esfera familiar a publica, com precários acessos a serviços e à efetiva participação social e econômica.

Para corroborar esse dado, diversas pesquisas indicam que em determinadas famílias, a renda da pessoa idosa, ainda que defasada pela aposentadoria, constitui-se no principal rendimento familiar; outras pesquisas também indicam que é na família que o cuidado com a pessoa idosa vem sendo negligenciado, e seus direitos violados por toda a espécie de violências, desde as verbais, até as físicas, conforme dados do Disque Idoso Paraná sobre os quais serão feitas referências mais adiante.

Em decorrência do contexto verificado, e para que o Estatuto tenha reflexos efetivos na vida das pessoas, é imprescindível o trabalho com as famílias, com as comunidades e os movimentos sociais, a fim de estabelecer um envolvimento com a rede protetiva dos direitos da pessoa idosa nos municípios, pois é ali onde vive esta população. Às demais instâncias cabem a articulação e o financiamento das estruturas capazes de atender adequadamente às características próprias do envelhecimento.

No Artigo 2° da Política Estadual do Idoso, Lei n°11.863/97, informa-se as diretrizes, as quais serão executadas sob o parâmetro dos seguintes princípios:

1. O dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo a sua plena convivência familiar e participação na comunidade defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
2. A divulgação dos conhecimentos quanto ao processo natural de envelhecimento, através dos meios de comunicação;
3. O tratamento ao idoso sem discriminação de qualquer natureza;
4. O direcionamento ao idoso como o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
5. O fortalecimento e a valorização dos vínculos familiares, de modo a evitar o abandono da pessoa idosa à ação pública ou internações inadequadas e/ou desnecessárias em estabelecimentos asilares;
6. A formulação, a coordenação, a supervisão e a avaliação dos serviços ofertados, dos planos, programas e projetos no âmbito estadual, regional e municipal;
7. A criação de sistemas de informações sobre a política e os recursos existentes na comunidade, bem como seus respectivos desempenhos;
8. O estimulo aos estudos e as pesquisas relacionadas às condições reais e às melhorias da qualidade de vida das pessoas em processo de envelhecimento;
9. A descentralização político-administrativa, mediante o estimulo, a criação e o funcionamento de conselhos municipais

# **3. DIRETRIZES**

O Artigo 3°, da Lei n° 11.863/97, estabelece que a implantação da política estadual do idoso é competência dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada, cabendo:

1. **Na área da Promoção e Assistência Social:**
2. A prestação dos serviços e o desenvolvimento de ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais;
3. O estímulo à criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência da família, grupos de convivência, centros-dia, casas lares, condomínios da 3° idade, oficinas ocupacionais, atendimentos domiciliares e outros;
4. A promoção de simpósios, de seminários e de encontros específicos;
5. O planejamento, a coordenação, a supervisão e o financiamento de estudos, levantamentos, pesquisas e publicação, a supervisão e o financiamento de estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso;
6. A priorização e a garantia da eficácia do atendimento nos benefícios previdenciários e sociais;
7. O desenvolvimento de outras ações que se fizerem necessárias na área.
8. **Na área da Saúde:**
9. A garantia ao idoso da assistência à saúde nos diversos níveis de atenção do Sistema Único de Saúde - SUS;
10. A prevenção, a promoção, a pretensão e a recuperação da saúde do idoso, mediante ações especificas;
11. A doção e a aplicação de normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares com fiscalização pelos gestores do SUS;
12. A elaboração de normas de serviços geriátricos;
13. O desenvolvimento de formas de cooperação entre entidades internacionais, Ministério da Saúde, Secretarias da Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e entre Centros de Referência em Geriatria e Gerontologia para treinamento de equipes interprofissionais;
14. O oferecimento, em parceria com sociedades científicas e órgãos de formação, de meios de capacitação de recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia;
15. A realização de estudos para detectar o caráter epidemiológico de determinados agravos à saúde do idoso, com vistas à prevenção, tratamento e reabilitação;
16. A adequação dos serviços de saúde do Estado para atendimento e tratamento do idoso;
17. A difusão à população de informações sobre o processo de envelhecimento;
18. A capacitação de agentes comunitários para o atendimento ao idoso;
19. Outras atividades que se fizerem necessárias na área.
20. **Na área da Educação:**
21. A adequação dos currículos, das metodologias e dos materiais didáticos aos programas educacionais destinados aos idosos;
22. A inserção, nos currículos mínimos nos diversos níveis de ensino formal, de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
23. O desenvolvimento de programas educativos e em especial a utilização dos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
24. O desenvolvimento de programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições dos idosos;
25. Outras atividades que se fizerem necessárias na área.
26. **Na área do trabalho:**
27. A garantia de mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto à sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado;
28. A criação de estímulos à manutenção de programas de preparo para a aposentadoria nos setores público e privado, com antecedência mínima de dois anos do afastamento, para que tenham realmente acesso aos seus direitos sociais e previdenciários;
29. A criação de mecanismos que favoreçam a geração de emprego e renda, destinados à população idosa;
30. Outras atividades que se fizerem necessárias na área.
31. **Na área de Habitação e Urbanismo:**
32. A destinação, nos programas habitacionais, de unidades em regime de comodato ou de locação subsidiado ao idoso, submetido previamente a uma avaliação técnica pelos órgãos envolvidos, na modalidade de casas, lares e condomínios da 3° Idade;
33. A garantia, nos programas habitacionais, da inclusão do desenho universal, proporcionando a acessibilidade e vida independente ao idoso;
34. O direcionamento aos projetos arquitetônicos e urbanos de modo a atender às normas de acessibilidade ao meio físico, voltados às necessidades do idoso;
35. A exigência aos municípios de adoção das normas das alíneas “a”, “b”e “c” deste inciso, à habitação e urbanismo;
36. Outras atividades que se fizerem necessárias na área.
37. **Na área da Justiça:**
38. A promoção, a defesa e a garantia ao idoso do pleno exercício de seus direitos;
39. A informação à pessoa idosa a respeito da legislação pertinente à área da justiça;
40. A prestação dos serviços de advocacia gratuita ao idoso carente de recursos econômicos, com prioridade e eficiência, objetivando a proteção de seus direitos e acesso a justiça;
41. A eliminação, por meio dos mecanismos legais, de toda e qualquer pratica de discriminação ao idoso;
42. O estimulo à criação de sociedades civis na defesa dos direitos e da cidadania do idoso;
43. O dever de todo o cidadão em denunciar as autoridades competentes qualquer procedimento de negligencia ou de desrespeito aos direitos do idoso;
44. Outras atividades que se fizerem necessárias na área.
45. **Na área da Cultura, Esporte e Lazer:**
46. A garantia ao idoso na participação do processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;
47. A garantia de acesso ao idoso aos locais e eventos culturais mediante programação especial, em âmbito estadual;
48. A promoção de atividades culturais aos grupos de idosos;
49. A valorização do registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantia a continuidade e a identidade cultural;
50. O incentivo à criação de programas de lazer, esporte, turismo e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade;
51. Outras atividades que se fizerem necessárias na área.
52. **Na área da Segurança Pública:**
53. A inclusão, nos currículos dos cursos das Academias de Policia Civil e Militar, de conteúdos voltados aos direitos e necessidades do idoso;
54. A capacitação e a orientação aos agentes da Secretaria de Estado responsável pela segurança pública para um atendimento adequado ao idoso;
55. Outras atividades que se fizerem necessárias na área.
56. **Na área da Ciência e Tecnologia:**
57. O estímulo à criação e à manutenção das universidades abertas a 3° Idade;
58. O estímulo e o apoio à realização de pesquisas e estudos na área do idoso;
59. O incentivo à criação de cursos de especialização nas áreas de Geriatria e Gerontologia;
60. A sugestão para a inclusão de gerontologia como disciplina curricular nos cursos superiores;
61. Outras atividades que se fizerem necessárias na área.

# **4. BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PARANÁ**

## **4.1 O Município**

Capitão Leônidas Marques é um município brasileiro, localizado no oeste do estado do Paraná. Anteriormente conhecido como Distrito de Aparecidinha, foi desmembrado de Cascavel em 1964, já tendo sido nesta época, povoado por imigrantes oriundos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Possui uma localização favorecida, próximo de muitas belezas naturais e situado entremeios dos principais municípios do Oeste Paranaense.

## **4.2 História**

A história do Município remete ao projeto de colonização proposto pelo então presidente Getúlio Vargas que se interessou pela colonização do oeste paranaense criando a Marcha para o Oeste por meio das companhias imobiliárias. A que para cá se deslocou foi denominada Gleba Andrada e em 1957, inicialmente com cerca de 30 famílias lideradas por João Ruth Schmidt, aqui chegou. Em sua maioria, os primeiros moradores da região eram originários do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que estavam buscando por novas condições de vida e aqui se estabeleceram e marcaram permanentemente a cultura municipal.

A região em si, não era desabitada, os sujeitos que aqui estavam se sustentavam por meio da natureza da pesca, caça, extração de palmitos e plantações. Seu primeiro nome oficial foi Aparecida d’Oeste (Aparecidinha, para os locais), sendo subordinada à Cascavel.

Após as reivindicações da comunidade e o crescimento iminente do povoado, em 1963 foi criada uma comissão com o intuito de dar início aos trâmites legais para o desmembramento de Aparecidinha de Cascavel, ficando a cargo do Sr. Ivo Magnabosco interceder junto ao Deputado Arnaldo Bussato a emancipação do Município.

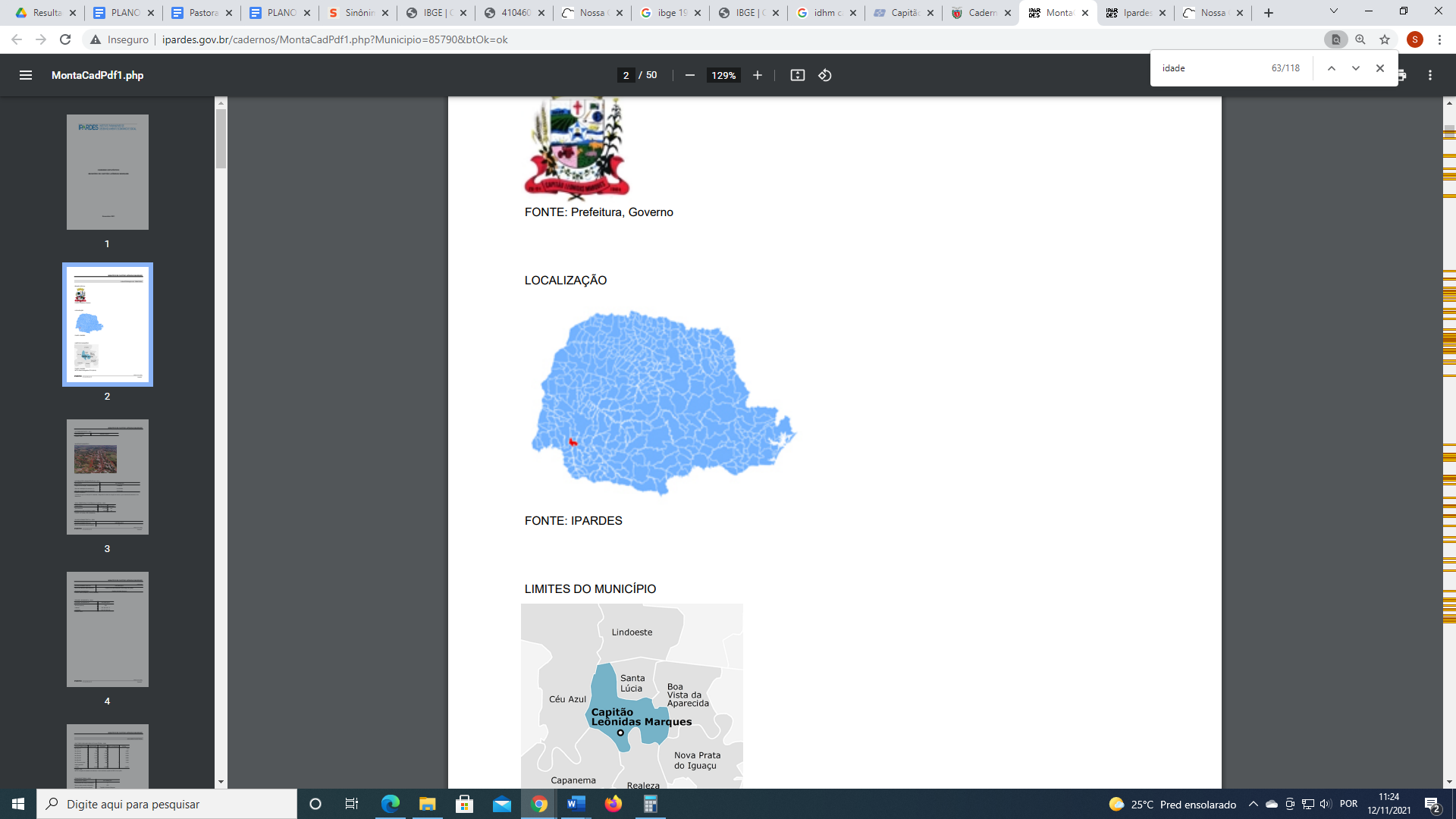
Dessa forma, sendo acatado o pedido, por meio da Lei Estadual nº 4859, de 28 de abril de 1964, Capitão Leônidas Marques desmembrou-se de Cascavel, elevando-se à categoria de município.

**Figura 1 - Brasão do Município**



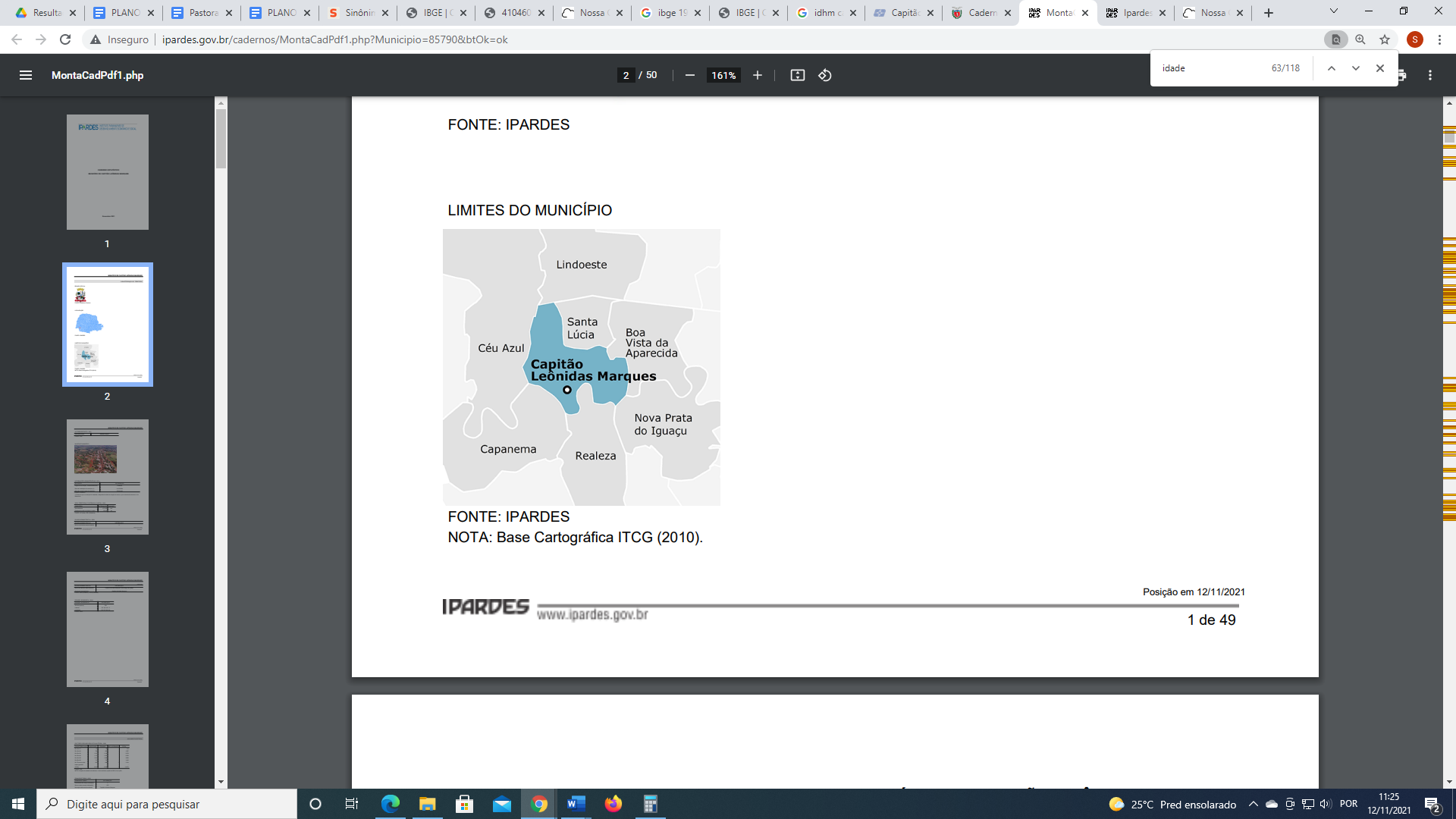
**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal, 2021.

**Figura 2 - Localização**



**Fonte:** IPARDES, 2021.

**Figura 3 - Limite de Municípios**



**Fonte:** IPARDES, 2021.

## **4.3 IDHM – componentes**

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é composto pelo tripé Renda, Longevidade e Educação, que somados, geram a média final dos avaliados. O último levantamento realizado no Brasil remete ao ano de 2010, sendo que neste, o município de Capitão Leônidas Marques alcançou o índice de 0,716, estando dentro da margem percentual considerada alta (IBGE, 2021).

Desde 1991, ano em que os levantamentos começaram a ser realizados, o nosso município tem crescido exponencialmente, saltando de 0,400 para a marca que hoje temos. Dos itens observados o nosso maior destaque é justamente a Longevidade, seguida respectivamente por Renda e Educação (IBGE, 2021).

Atualmente, com o Índice de 0,716, ocupamos a posição nº 1427 no Ranking Nacional e de 152º no Ranking Estadual (IBGE, 2021).

## **4.4 POPULAÇÃO, LONGEVIDADE E MORTALIDADE**

No Censo de 2010 realizado pelo IBGE, a população de Capitão Leônidas Marques era de aproximadamente 14.970 pessoas. Para o ano de 2021, a estimativa é de que tenhamos uma população de 15.887 habitantes, o que representa um crescimento de 1,061% para a última década.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Capitão Leônidas Marques, a esperança de vida no levantamento do IBGE de 2010 era de 74,71 anos, estando acima da média nacional que é de 73,9 anos e da média mundial, que é de 66,57 anos.

Relativo à mortalidade, a base de dados do IBGE nos informa que em 2019, ocorrem 105 óbitos e que a população acima de 60 anos representou 68,57%, ou seja, 72 falecimentos foram de idosos. As causas *mortis* variam, dentre as comuns conforme dados do IPARDES são: as neoplasias (tumores), as circulatórias, as respiratórias, as infeciosas e as endócrinas/metabólicas.

## **4.5 RENDA**

A renda per capita média do município para o ano de 2010 de acordo com os dados do IBGE era de R$ 670,16. já em 2019 estima-se que para os trabalhadores formais o salário médio fosse de 1.8 salários mínimos, equivalente à 1.796,40 reais. Quando aplicado para pessoas entre 60 e 69 anos, está média cai para R$ 1.215,52 e para pessoas com 70 anos ou mais, estima-se para o provimento do sustento a média de ganhos seja de R$ 398,06.

Ainda fazendo uso dos dados do censo de 2010, que estima uma população com mais de 60 anos em 1.568 indivíduos, temos que destes, 723 ainda estavam economicamente ativos, ou seja, 46% dos idosos do município naquele período estavam alocados em um dos ramos econômicos ativos, sendo os mais comuns a agricultura, a pecuária, a indústria de transformação, a construção e o comércio.

# **5. MARCO SITUACIONAL DA POPULAÇÃO IDOSA EM CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR POR ÁREA DE ATUAÇÃO**

O envelhecimento é um processo contínuo que requer cuidados especiais. Diante disso, o plano de ação para o Programa Cidade Amiga do Idoso, busca formas alternativas de cuidado para com a pessoa idosa, articulando a rede socioassistencial do município de Capitão Leônidas Marques – PR com todas as entidades e parceiros. Tal fato representa o fortalecimento e inovação na oferta de políticas públicas para a população idosa.

Atualmente, a população total do município de Capitão Leônidas Marques é de 14.970 habitantes segundo dados do IBGE (2010), distribuindo-se em 11.490 habitantes na área urbana e 3.480 habitantes na área rural. De acordo com dados do IPARDES (Instituto paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e IBGE o número de idosos no município é de 1.886, o que corresponde a 12,59% da população do município. Destes 940 são do sexo masculino e 946 são do sexo feminino. Dessa forma, com base nos últimos levantamentos realizados por autarquias externas, o índice de idosos no município corresponde a 36,18% do total da população, tendo como taxa de envelhecimento 8.58% (IPARDES).

Esse número tende a crescer quando consultada a base de dados de Cadastros ativos no SUS, que aponta que a população com mais de 60 anos no município é de 6.310 pessoas, destas, 3.990 tem entre 60 e 74 anos e 2.320 possuem mais de 75 anos. Esse montante eleva o percentual de idosos para 39,71% do total populacional Marquesiense, o que faz com que Capitão Leônidas Marques possua um índice maior do que o nacional, que hoje, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas corresponde a 17,95% da população total.

A partir de dados existentes no Cadastro Único do Governo Federal[[1]](#footnote-1), disponíveis no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Capitão Leônidas Marques, sabe-se que há 55 idosos referenciados ao CRAS. Destes 55 idosos, 21 são atendidos pelo programa de moradia municipal e residem no Condomínio da Terceira Idade; 23 deles são atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e 11 são contemplados pelo Projeto Fortalecendo Vínculos em Casa, programa piloto que desloca orientadores sociais até a residência dos idosos.

Atualmente, são também contemplados 302 idosos que recebem por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) o Benefício de Prestação Continuada - BPC, que atende idosos com mais de 65 anos que estavam em situação de vulnerabilidade econômica e não contribuíram em tempo hábil ao INSS para fazerem jus à aposentadoria pelas regras normais.

Com o intuito de identificar e caracterizar as situações e condições da pessoa idosa no Município de Capitão Leônidas Marques – PR para o diagnóstico local, as informações na próxima sessão foram coletadas na Secretaria de Assistência Social e departamento de Saúde e tem como objetivo uma retratação próxima da realidade dos idosos do município, a fim de possibilitar levantamentos das demandas e ações que venham a contribuir para efetivação de seus direitos.

## **5.1. ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O Estatuto do idoso dispõe sobre direitos fundamentais dessa população, e prevê que seja garantida, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à cidadania, à liberdade, a dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

A efetivação das políticas públicas de garantia de direitos perpassa pela vigilância social, que deve fomentar, conferir e cobrar do poder público a sua execução. Nesse sentido é importante ressaltar a existência do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) no município, criado em 24 de março 2008 através da Lei nº 1.292/2008, o qual está vinculado à pasta da Assistência Social. A referida lei cria também o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, cujo orçamento conta com ½% do orçamento municipal.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) em Capitão Leônidas Marques – PR se constituiu como um espaço de controle social e de elaboração de políticas públicas na área da pessoa idosa e foi criado no município pela lei nº 1.292/2008, de 24 de março de 2021.

Referente à sua composição, o mesmo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 2 anos, permitida uma recondução. É responsável também pelo cadastramento das Entidades que prestam atendimento ou serviço na área da pessoa idosa. Atualmente conta com duas Associações de Idosos cadastrada, com registro regular junto ao Conselho.

Quanto à existência de políticas municipais, o município possui um Plano Municipal vigente 2020/2023 aprovado pelo Conselho Municipal e o Estatuto da Pessoa Idosa. Tal Plano levou em conta os marcos regulatórios existentes em nível local, estadual e nacional, bem como as deliberações das últimas conferências municipais dos direitos da pessoa idosa e privilegiou a construção participativa, a partir de uma perspectiva intersetorial.

Vale ressaltar que o referido Plano Municipal foi utilizado como referência para a construção do plano de ação do Programa Cidade Amiga do Idoso.

Para garantir os direitos do idoso o município conta também com o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, que desenvolve a Proteção Social Básica e com a Proteção Social Especial desenvolvida na Secretaria Municipal de Assistência Social.

O CRAS tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos.

No ano de 2019, de acordo com informações levantadas junto ao Plano Municipal dos Idosos (2020-2023) foram atendidos no CRAS 346 idosos nos diversos serviços e programas, os quais são: Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, Programa Fortalecimento de Vínculos, Programa Família Paranaense, Programa Bolsa Família, encaminhamentos e orientações sobre o Benefício de Prestação Continuada, Benefícios Eventuais, entre outras ações, campanhas e projetos.

O CRAS atende e acompanha os idosos por meio do Serviço de Fortalecimento de Vínculos, o qual atende famílias que compreendem as faixas etárias de 0 até idosos. São realizados encontros mensais com os idosos, nos quais são abordados vários temas de interesse e necessidades desta população, sobre garantia de direitos, saúde, trabalho, cultura, esporte e lazer.

No que se refere ao direito do idoso ao Benefício de Prestação Continuada, constata-se que atualmente 302 idosos acima de 65 anos recebem o benefício, o qual é encaminhado e acompanhado pelo CRAS.

O CRAS acompanha também, através de sua equipe de referência (assistente social e psicólogo) os Condomínios da Terceira, duas unidades habitacionais que dispõe de apartamentos com quarto, banheiro e cozinha para idosos que não tem onde morar e que por sua vez são considerados vulneráveis. Atualmente 21 idosos são atendidos por este Programa habitacional e acompanhados pelo CRAS, e Proteção Social Especial quando necessário.

Portanto, a partir de dados existentes no Cadastro Único do Governo Federal, disponíveis no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Capitão Leônidas Marques, sabe-se que há 55 idosos referenciados ao CRAS. Destes 55 idosos, 21 são atendidos pelo programa de moradia municipal e residem no Condomínio da Terceira Idade; 23 deles são atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e 11 são contemplados pelo Projeto Fortalecendo Vínculos em Casa, programa piloto que desloca orientadores sociais até a residência dos idosos.

A Proteção Social Especial tem por objetivo prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. No município, é realizada na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) por meio de equipe técnica formada por assistente social (30 hrs semanais) e psicólogo (20 hrs semanais). São realizados atendimentos individuas e em grupo, visitas domiciliares, escuta qualificada e encaminhamentos. É desenvolvido também o Programa de Atenção Especializada a Família e Indivíduos - PAEFI, Programa de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida, entre outras ações, campanhas e projetos.

Referente ao número de idosos atendidos pela Proteção Social Especial foram levantadas as seguintes informações.

**Tabela 1 - Número de Idosos atendidos pela PSE por violação de direitos**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **2018** | **2019** | **2020** | **2021** |
| 44 | 18 | 13 | 35 |

**Fonte:** Proteção Social Especial – Secretaria Municipal de Assistência Social.

De acordo com informações levantadas junto aos registros da Proteção Social Especial, observou-se que cerca de 35 idosos estão sendo atendidos e acompanhados pelos técnicos da Proteção Social Especial de forma sistemática. Constatou-se que o maior índice de violência registrado contra os idosos em 2019 até 2021 é a negligência.

No que diz respeito à violência contra a pessoa idosa, inúmeros estudos demonstram que a maior parte das violações sofridas por eles se dá no núcleo familiar, sendo os agressores as pessoas próximas, como filhos, noras e genros, cônjuges e netos (Collins, 2006; Minayo, 2007). Ainda conforme os estudos configuram-se como mais expressivos os casos de Negligência Familiar e Abandono. Esse tipo de violência é caracterizado pela omissão e falta de cuidados em relação aos direitos e as necessidades básicas desses idosos, por parte da família. Frequentemente está associada a outros tipos de violência, que geram traumas físicos, emocionais e sociais, por conta da fragilidade dessas pessoas.

Outro tipo de violência que ainda não é muito discutido, mas que vem aumentando consideravelmente é de Autonegligência, identificado como um comportamento do idoso que traga riscos para sua saúde e segurança, pela recusa de prover os cuidados necessários a si mesmo (MINAYO, 2005).

Em seguida, aparecem os casos de violência psicológica, que é um dos tipos de violência mais complexos e mais difíceis de ser identificados, referindo-se as agressões verbais, ameaças e tentativas de coação, com o objetivo de amedrontar os idosos e humilhá-los. Com a mesma proporção, aparecem os casos de exploração financeira, que consiste na exploração indevida, ilegal ou no uso não consentido de seus recursos financeiros e patrimoniais. Esse tipo de violência ocorre, principalmente, no âmbito familiar (MINAYO, 2005).

De forma mais branda, mas não menos significativa, ressalta-se os casos de dependência química, onde os idosos fazem o uso dessas substâncias e não aceitam um tratamento adequado, e o abuso sexual, relacionado a prática sexual de forma forçada, utilizando a pessoas idosa como objeto de excitação.

Por meio desses dados extraídos dos atendimentos da Proteção Social Especial e estudos, notou-se que a família já vem tomando conhecimento e reconhecendo que as pessoas idosas precisam de proteção e atenção. Muitas munícipes já estão percebendo que essa parcela da população precisa de cuidados, além de serem cidadãos de direitos que merecem ser assegurados. No entanto, observa-se uma procura mínima, em relação ao próprio idoso, na busca pelos serviços de atendimento para sua proteção, sendo que se nota nos atendimentos a resistência em expor os familiares e o medo de que a procura por ajuda aumente a situação de violência

O município se mobiliza junto ao CMDI para divulgação do Disque 100, serviço de responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que registra denúncias de violação de direitos humanos e dissemina informações sobre direitos de grupos vulneráveis.

## **5.2 SAÚDE**

Conforme dados fornecidos pela Secretaria de Saúde em relação a ações, práticas, serviços, programas e projetos existentes no município em prol da população idosa local destaca-se as seguintes informações:

**Tabela 2 - Pacientes idosos de 60 a 74 anos por território**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDADE** | **CENTRAL** | **SANTA RITA** | **PRIMAVERA** | **CAMPO DA BAIXADA** | **SANTA MÔNICA** | **BOM JESUS** | **ALTO ALEGRE** | **PEDRO DALLABRIBA** |
| 60-74 | 407 | 243 | 174 | 96 | 277 | 180 | 169 | 395 |
| 75 [≥](https://pt.wiktionary.org/wiki/%E2%89%A5) | 141 | 95 | 60 | 28 | 97 | 78 | 81 | 133 |
| **TOTAL** | **548** | **338** | **234** | **124** | **374** | **258** | **250** | **528** |

**Fonte:** Relatório de Consulta, Sintético, SIGSS (2021).

**Tabela 3 - Vacinação de pacientes idosos**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Dados de 2018 ao 1° semestre 2021** | | |
| **Referente ao Ano** | **Idosos de 60 – 74 anos** | **Idosos de 75** [**≥**](https://pt.wiktionary.org/wiki/%E2%89%A5) |
| 2018 | Vacinação influenza = 1.993 | |
| 2019 | Vacinação influenza = 1.962 | |
| 2020 | Vacinação influenza = 2.168 | |
| 2021 | Vacinação influenza = 2.033 | |

**Fonte:** SIPNI (2021/1).

**Tabela 4 - Atendimento odontológico**

|  |  |
| --- | --- |
| Dados de 2018 ao 1° semestre 2021 | |
| Idosos de 60 – 74 anos | Idosos de 75 [≥](https://pt.wiktionary.org/wiki/%E2%89%A5) |
| Odontologia = 4.357 | Odontologia = 858 |

**Fonte:**Relatório de Consulta, Sintético, SIGSS, Primeira Semestre (2021).

Um Programa desenvolvido peal Secretaria de Saúde junto aos idosos é o Programa HIPERDIA, o qual é um Sistema de cadastramento e acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos desenvolvido nas unidades de saúde, nas quais são desenvolvidas palestras nas unidades para esclarecer os cuidados com a saúde do público alvo, palestras estas suspensas durante a pandemia.

Ressaltamos que o município possui 09 academias da terceira idade, sendo sete no perímetro urbano, distribuídas nos seguintes bairros: Santa Rita, Gleba, Campo da Baixada, Primavera, Centro e Praça das Fontes, e duas nas áreas rurais, no Distrito de Alto Alegre do Iguaçu e na comunidade de Bom Jesus. Referente ainda às atividades desenvolvidas pela área da saúde, são realizadas atividades físicas e de pilates pela equipe dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF, com aproximadamente 203 idosos, sendo 83 em grupo e 120 individualmente.

### **5.2.1 SAÚDE MENTAL**

É realizado a nível municipal atendimento terapêutico individual, tendo como principal foco o próprio paciente. Recentemente iniciou-se a modalidade de atendimento psicológico grupal, no qual participam alguns pacientes com um problema semelhante, ali são desenvolvidos objetivos e estratégias clínicas diferente da terapia individual.

**Tabela 5 - Quantidade de idosos atendidos pela Saúde Mental**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Dados de 2018 ao 1° semestre 2021 | | | |
| Atendimento | Idosos de 60 – 74 anos | Idosos de 75 [≥](https://pt.wiktionary.org/wiki/%E2%89%A5) | TOTAL |
| Psicólogo | 244 | 61 | 305 |
| Psiquiatra | 1.121 | 246 | 1.367 |

**Fonte:** Relatório de Consulta, Sintético, SIGSS (2021).

Há também o atendimento psicológico grupal visando atender pacientes acometidos pelo distanciamento social proveniente da covid. Os grupos estão sendo atendidos nas unidades de Estratégia da Família – ESFs, os quais foram encaminhados pelas unidades de saúde.

O município possui também na área da saúde 8 unidades do ESF, distribuídos em territórios, conforme lista abaixo disponibilizada pelo Ministério da Saúde.

- Posto de Saúde do Distrito de Alto Alegre do Iguaçu;

- Posto de Saúde do Bom Jesus;

- Posto de Saúde Pedro Dallabrida;

- Posto de Saúde da Baixada;

- Posto de Saúde Primavera

- Posto de Saúde Santa Mônica;

- Posto de Saúde Santa Rita;

- Posto de Saúde Central.

Os ESFs atendem, de acordo com dados do Plano Municipal do Idoso, 4.084 famílias, destas famílias 2.634 são idosos, podendo observar que o território que tem maior população de idosos atendidos é o território do Bairro Santa Rita, onde se encontra a população de maior vulnerabilidade do município, território este também de maior abrangência das ações e serviços do CRAS.

**Figura 4 – Representação de Idosos por território**

**Fonte:** Proteção Social Especial – Secretaria Municipal de Assistência Social (dados de 2015 a 2017)

## **5.3 ESPORTE E LAZER**

Na área de esporte e lazer a Secretaria Municipal costumava realizar até 2020, em parceria com as Associações da Terceira Idade, atividades físicas e lúdicas que trabalhavam a coordenação motora, alongamento e trabalho cognitivo. Neste período cerca de 70 idosos eram atendidos, hoje, esta atividade fica a cargo da Secretaria de Saúde.

Atualmente, oportuniza os Jogos da Terceira Idade – Jogos Abertos Municipais JAMs, atendendo aproximadamente 100 idosos, onde são realizadas diversas modalidades esportivas nos moldes olímpicos voltados apenas ao público idoso.

Em conjunto com o Esporte, são executadas também diversos campeonatos a nível local e estadual de bocha e bolãozinho. Têm-se a perspectiva de nos próximos anos desenvolver e aumentar as práticas voltadas a esse público por meio da abertura de novas turmas em diversas modalidades.

## **5.4 ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA**

O município de Capitão Leônidas Marques conta com duas Associações de atendimento à pessoa idosa, com CNPJ próprio, inscritas no Conselho Municipal da Pessoa Idosa e que recebem subvenção da Prefeitura Municipal através do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, as quais são: Associação dos Idosos Viva a Vida e Associação dos Idosos Vovô Feliz.

A Associação dos Idosos Viva a Vida tem sede na cidade de Capitão Leônidas Marques, localizada na Avenida Tibagi, foi fundada em 1992 e possui cerca de 300 idosos associados. Desenvolvem também atividades como dança, jogos, caminhadas, momentos religiosos, almoços em datas comemorativas, atividades físicas, entre outras atividades que promovam a socialização e convivência dos idosos que residem na cidade e também nas linhas rurais do município.

A Associação dos Idosos Vovô Feliz tem sede no Distrito de Alto Alegre do Iguaçu, foi fundada em 1.997 e atualmente possui 150 idosos associados. As atividades desenvolvidas aos idosos são: dança, atividades físicas, caminhadas e jogos, a fim de promover a convivência e socialização dos idosos da comunidade. Ressalta-se que a Associação abrange ainda alguns idosos do município de Boa Vista da Aparecida e de Santa Lucia.

## **5.5 REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO**

Capitão Leônidas Marques possui uma rede socioassistencial muito ativa que foi organizada em meados de 2010. Mensalmente ocorrem reuniões com o intuito de levantar as principais dificuldades e problemas que envolvem os setores, bem como criar fluxogramas e protocolos. Possui os sistemas de referência e contrarreferência implantados.

# **6. EIXOS DO PLANO**

O Plano de ação do Programa Cidade Amiga do Idoso no município de Capitão Leônidas Marques rege-se por eixos que compõe o Guia Global das Cidades e Comunidades Amigáveis com as Pessoas Idosas, bem como o Estatuto do Idoso, em especifico: o Direito à Saúde, a Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a Profissionalização e do Trabalho, a Assistência Social, a Habitação e Urbanismo, o Transporte. As ações elaboradas foram desenvolvidas a partir de indicadores municipais com base em dados do IBGE e prontuários municipais das secretarias que desenvolvem alguma ação voltada à população idosa e também com base no resultado da pesquisa quantitativa e qualitativa realizada com os/as idosos/as, na qual se seguiu rigorosamente os protocolos sanitários.

**7.PLANO DE AÇÃO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Eixos OMS** | **Ação** | **Objetivo** | **Atividades Específica** | **Metas** | **Prazo** | **Executor** | **Parceiro** | **Indicador de resultados** | |
| **Participação Social** | Roda de prosa com chimarrão. | Promover o fortalecimento de vínculos através da socialização e integração dos idosos. | Encontros mensais com duração pré-definidas. | Grupos de idosos de diferentes classes sociais, mínimo de 10 pessoas participantes. | 20222026 | Secretaria de Assistência Social Cultura e Cidadania | CRAS; Departamento de Cultura; Secretaria de Saúde  e Pastoral do Idoso. | Adesão inicial de no mínimo 30 idosos e aumento contínuo de novos participantes. |
| Promover atividades de esporte, lazer e jogos cognitivos para os idosos. | Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, autônomo e saudável. | Realizar atividades físicas e jogos de mesa com os idosos. | Grupos de no máximo 15 idosos. | 2022  2026 | Secretaria de Assistência Social. | Secretaria de Esporte e Lazer, Clube do Vovó e CRAS (SCFV) | Melhora na socialização, interação e saúde. |
| Participação da pessoa idosa nas atividades das escolas municipais e centros municipais de educação infantil. | Envolver as pessoas idosas familiares dos alunos em jogos e brincadeiras. | Articulação de práticas e ações envolvendo as pessoas idosas (familiares de alunos) em atividades intergeracionais como jogos, dança, pintura, música, artesanato, que envolvam as pessoas idosas, resgatando as atividades lúdicas e proporcionando momentos de interação e convívio no espaço escolar. | Trazer para a escola as pessoas idosas, familiares dos alunos ou que residam nas suas proximidades para participar dos jogos e brincadeiras propostos pelas escolas municipais. | 2022  2026 | Instituições de Ensino da Rede Municipal – Diretores, coordenadores e professores; | Secretaria Municipal de Educação e Instituições de Ensino. | Adesão e formação de grupos em todas as unidades escolares municipais. |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Eixos OMS** | **Ação** | **Objetivo** | **Atividades Específica** | **Metas** | **Prazo** | **Executor** | **Parceiro** | **Indicador de resultados** |
| **Respeito e Inclusão Social** | Identificar e encaminhar os idosos que atendam os critérios para recebimento do benefício BPC. | Garantir o direito a inclusão do idoso quanto ao recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e participação nos programas sociais a partir do CadÚnico. | Realizar, por meio da articulação com os CRAS e Equipes da Estratégia de Saúde da Família, busca ativa a fim de identificar o número de idosos que atendam os critérios para recebimento do BPC e também inclusão em programas sociais a partir do CadÚnico; | Encaminhar 100% dos idosos cadastrados no CadÚnico, que atendam os critérios para recebimento do benefício. | 2022  2026 | Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);  Secretaria de Assistência Social. | CMDI - Conselho Municipal Dos Direitos do Idoso; Secretaria de Assistência Social Cultura e Cidadania e CRAS | Atingir 100% da meta. |
| Proporcionar aos idosos palestras sobre gestão, organização e proteção financeira. | Acautelar por meio do acesso à informação o funcionamento e os riscos a que podem estar sujeitos em sua vida financeira;  Oportunizar meios de gestão dos recursos próprios por ferramenta de fácil acesso. | Propiciar a toda comunidade idosa através de palestras educativas e interativas, formas de identificar golpes e de se resguardar. | Diminuir o número de casos de extorsão e golpes financeiros sofridos pela população idosa. | 2022  2026 | Secretaria de Finanças e CRAS. | Instituições financeiras e CMDI. | Atingir ao menos 70% da terceira idade e diminuição do registo de denúncias de extorsão. |
| Promover o fortalecimento de vínculos e garantia de direitos. | Ampliar a participação dos idosos nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | Promover a disseminação da história de vida dos idosos, valorizando e fortalecendo vínculos sociais, comunitários e familiares em atividades realizadas no centro de convivência e/ou no CRAS. | Garantir espaço adequado para que os idosos possam realizar grupos mensais - com mínimo 15 participantes. | 2022  2026 | CRAS e Secretaria de Assistência Social Cultura e Cidadania | CMDI, Secretaria de Saúde, Pastoral do Idoso. | Melhoria da acessibilidade ao prédio sede do SCFV e/ou locação de um espaço específico para as atividades voltadas à terceira idade. |
| Prevenir o isolamento social, melhoria na qualidade de vida e a garantia dos direitos da pessoa idosa. | Implantar um Projeto de Fortalecimento de Vínculos em Casa permanente para os idosos e seus familiares. | Promover a disseminação da história de vida dos idosos, valorizando e fortalecendo vínculos sociais, comunitários e familiares em atividades realizadas na casa dos idosos. | Garantir atendimento de dos idosos usuários da Assistência Social | 2022 | CRAS e Secretaria de Assistência Social Cultura e Cidadania | CMDI, Secretaria de Saúde, Pastoral do Idoso. | Diminuição das demandas geradas pelo isolamento e aumento da participação familiar na vida dos idosos. |
| Educar por meio da conscientização | Promover campanhas e eventos sobre envelhecimento e combate à violência contra a pessoa idosa. | Palestras, momentos de Roda de Conversa | Atingir a população em geral. | 2022  2026 | Secretaria de Assistência Social. | Secretaria de Assistência Social;  Secretaria de Saúde; CRAS. | Adesão da população às formações. |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Eixos OMS** | **Ação** | **Objetivo** | **Atividades Específica** | **Metas** | **Prazo** | **Executor** | **Parceiro** | **Indicador de resultados** |
| **Espaços Abertos e Prédios** | Regulamentar, e conscientizar sobre o uso indevido da calçada por estabelecimentos comerciais (placas, mesas, cadeiras, etc.). | Garantir de forma responsável a livre circulação nas calçadas para os idosos, por meio da diminuição dos obstáculos que possam ocasionar desequilíbrios e quedas. | Conscientização através das mídias sociais e parceria com ACICAP e posterior notificação aos estabelecimentos que estão utilizando o passeio para colocação de mesas ou outros objetos que gerem obstáculos para os pedestres. | 100% dos estabelecimentos comerciais que utilizam o passeio para fins comercias. | 2022  2026 | Secretaria de Administração e Secretaria de Planejamento. | Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;  Associação Comercial e Empresarial – ACICAP;  Rotary e Lions Club. | Adesão do s comerciantes e aplicação das sansões/multas previstas. |
| Instalar bancos nas praças, passeios e prédios públicos. | Aumentar a quantidade de bancos disponíveis nas praças, prédios e passeios públicos, garantindo assim locais de descanso para os idosos. | Aquisição de bancos para instalação em praças, passeios e prédios públicos, por meio de compras ou recebimento por doação de empresas do setor privado. | 50 bancos públicos. | 2022  2026 | Secretaria de Administração e Secretaria de Planejamento. | Associação Comercial e Empresarial - ACICAP;  Rotary e Lions Club.;  Clube dos Idosos. | Atingir 90% da meta. |
| Adequar os passeios públicos. | Informar e notificar os proprietários que não possuem calçadas em frente aos seus imóveis/estabelecimentos e adequação das calçadas dos prédios públicos do município. | Informar (através de panfletos, cartilhas e mídias sociais) e notificar aos proprietários que não possuem calçadas em frente aos seus imóveis/estabelecimentos;  Executar as melhorias nas calçadas dos prédios públicos do meio urbano município. | 70 % dos proprietários de imóveis com calçadas irregulares;  100 % dos prédios públicos | 2022  2026  2022  2026 | Secretaria de Administração e Secretaria de Planejamento. | Conselho Municipal de desenvolvimento urbano;  Associação Comercial e Empresarial – ACICAP;  Rotary e Lions Club. | Regularização de ao menos 70% dos passeios púbicos totais municipais. |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Eixos OMS** | **Ação** | **Objetivo** | **Atividades Específica** | **Metas** | **Prazo** | **Executor** | **Parceiro** | **Indicador de resultados** |
| **Transporte** | Sinalização das vagas de estacionamento restritas a idosos. | Manter e implantar a sinalização viária (horizontas/vertical) nas vagas de estacionamento de idosos. | Manter e instalar placas de regulamentação e executar a pintura viária das vagas de estacionamento restritas a idosos. | Sinalização completa de 100 % das vagas de estacionamento restritas a idosos. | 2022  2026 | Secretaria de Administração e Secretaria de Planejamento. | Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. | Todas as vagas devidamente sinalizadas e utilizáveis. |
| Campanha de Conscientização no trânsito. | Conscientizar os motoristas das dificuldades de locomoção dos idosos nas vias urbanas. | Distribuição de panfletos e divulgação em mídias sociais. | Campanha anual de conscientização à motoristas. | 2022  2026 | Secretaria de Administração e Secretaria de Planejamento. | Associação Comercial e Empresarial – ACICAP E Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura | Adesão da população e diminuição das denúncias de desrespeito ao idoso no trânsito. |
| **Eixos OMS** | **Ação** | **Objetivo** | **Atividades Específica** | **Metas** | **Prazo** | **Executor** | **Parceiro** | **Indicador de resultados** |
| **Moradia** | Assegurar a acessibilidade através de programas sociais a moradia para idosos em situação de vulnerabilidade | Oportunizar nos meios legais garantias para a criação de legislação pertinente. | Incluir na Lei Orgânica do Município, com apoio do Legislativo, meios de criação de uma rede de proteção mais ampla voltado a moradia para idosos. | Encaminhar e apresentar em audiência pública a proposta. | 2022  2026 | Secretaria de Assistência Social, Departamento Jurídico e Câmara de Vereadores | Secretaria de Planejamento e CMDI. | Atendimento de ao menos 50 idosos enquadrados hoje como vulneráveis por ausência de moradia. |
| Regulamentar o Condomínios da Terceira Idade | Atender idosos que necessitem de Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade para que tenham condições de desenvolver de forma independente as atividades da vida diária, mesmo que requeiram o uso de equipamentos de autoajuda. | Atuar em conjunto com o Estado na criação e/ou inserção dos Condomínios da Terceira Idade na rede de proteção. | Garantir o acesso aos idosos em situações de vulnerabilidade aos meios de proteção disponíveis. | 2022  2026 | Departamento Jurídico e Secretaria de Assistência Social. | Secretaria de Planejamento e CMDI. | Aprovação de legislação pertinente. |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Eixos OMS** | **Ação** | **Objetivo** | **Atividades Específica** | **Metas** | **Prazo** | **Executor** | **Parceiro** | **Indicador de resultados** |
| **Comunicação e Informação** | Inclusão Digital | Capacitação para uso de novas tecnologias, através de oficinas inclusivas. | Curso educativo de inclusão digital | Oportunizar acesso de todos os idosos interessados. | 2022  2026 | Secretaria de Assistência Social. | CRAS; Clube do Vovó; CMDI e Pastoral do Idoso. | Capacitar no mínimo cem idosos. |
| Ampla divulgação das atividades realizadas | Divulgar a todos os meios de comunicação o cronograma das atividades promovidas pelo Município através de suas secretarias. | Através de panfletos e também mídia local as datas, horários e local das atividades especificas; | Atingir a população idosa em geral. | 2022  2026 | Secretaria de Administração e demais secretarias. | Clubes de Idosos e  Rádio Local. | Aumento do número de inscrições e participações nas ações realizadas em no mínimo 30%. |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Eixos OMS | Ação | Objetivo | Atividades Específica | Metas | Prazo | Executor | Parceiro | Indicador de resultados |
| **Apoio, Cuidado e Saúde.** | Promover a melhoria da qualidade de vida dos idosos. | Continuar desenvolvendo o Hiperdia e retornar com as palestras e campanhas de incentivo a saúde visando a prevenção e os cuidados com a saúde da pessoa idosa. | Palestras e campanhas. | Atingir a população idosa em geral. | 2022 2026 | Secretaria Municipal de Saúde e ESFs | Pastoral do Idoso. | Aumento da adesão por parte dos idosos. |
| Palestra educativa/capacitação dos ESFs. | Capacitar às equipes de saúde nas Síndromes Geriátricas; Polifarmácia; Prevenção de Quedas, Violência ao Idoso, Notificação de Violência, Fatores de riscos em Doenças Crônicas, DTS/AIDS; para qualificar o atendimento ao idoso. | Capacitação das equipes de saúde (ESFS). | Capacitar 100% das equipes do ESFs | 2022  2026 | Secretaria de Saúde; | CMDI;  Universidades. | Número de participantes nas capacitações. |
| Ampliar o atendimento domiciliar a pessoa idosa, com maiores comorbidades. | Oferecer atendimento a pessoa idosa, ampliando o atendimento das UBSs. | Atendimento médico/enfermagem/técnico/fisio aos idosos. (Equipe Multi) | Cobertura de 100% das UBSs | 2022  2026 | Secretaria  de Saúde | Pastoral do Idoso. | Atingir no mínimo 50% dos idosos classificados. |
| Vacinação dos idosos com maiores comorbidades em ambiente domiciliar | Oportunizar aos idosos com dificuldades de locomoção motora ou em situação de vulnerabilidade outros meios para realização da imunização. | Imunização Domiciliar | Atingir 80% dos idosos identificados como pertencente a este grupo. | 2022  2026 | Secretaria de Saúde. | Pastoral do Idoso. | Aumento dos índices de vacinação entre as pessoas da terceira idade. |
| Desenvolver protocolo de prevenção de quedas. | Orientar familiares e idosos acerca de uma casa mais segura através de pequenas alterações espaciais. Reduzir as internações por quedas em idosos. | Cartilha/Folder Educativo  Palestras nos grupos relacionados. Orientação aos idosos que frequentam as UBSs.  Capacitar os profissionais da saúde para a orientação quanto aos riscos de quedas em idosos. | Diagnóstico de identificação dos idosos com maior vulnerabilidade; Elaboração e distribuição da cartilha. | 2022  2026 | Secretaria de Saúde. | CMDI; Pastoral do Idoso;  Secretaria de Saúde. | Diminuição dos registros hospitalares ocasionados por quedas. |
| Orientação sobre higiene, cuidados com as próteses dentárias. | Palestras educativas sobre higiene bucal e uso correto das próteses como forma de prevenção a outros problemas correlacionados. | Cartilhas/Orientação | Diagnóstico dos idosos com maior vulnerabilidade; Elaboração e distribuição da cartilha, para 80% dos idosos. | 2022  2026 | Secretaria de Saúde. | Universidades | Incremento dos números de atendimentos odontológicos e adesão as palestras. |
| Manutenção da saúde bucal | Acompanhamento odontológico periódico | Realizar por meio de acompanhamentos periódicos o atendimento de todas as necessidades identificadas. | Diagnóstico dos idosos com maior vulnerabilidade. | 2022  2026 | Secretaria de Saúde. | Meios de Comunicação e Governo Municipal. | Atendimento de 80% dos usuários da rede enquadrados na terceira idade em situação de vulnerabilidade. |
| Dia a dia com mais saúde. | Proporcionar atividades físicas para o melhoramento de diversos aspectos, como, as questões cardiorrespiratórias, musculares, coordenação e resistência. | Atividades de alongamentos e caminhadas nas Praças e no Lago Municipal. | 5 grupos de no mínimo 10 idosos; | 2022  2026 | Secretaria de Esporte e Lazer | Secretaria de Saúde; | Participação dos idosos. |
| Academias da Terceira Idade | Proporcionar aos idosos o pleno aproveitamento dos equipamentos já instalados no município, mediante acompanhamento e orientação. | Atividades físicas e orientação de como utilizar a academia ao ar livre de maneira correta. | Atingir 4 grupos de máximo 20 idosos; | 2022  2026 | Secretaria de Esporte e Lazer | CMDI; Pastoral do Idoso e Secretaria de Saúde. | Participação e adesão da terceira idade. |

# **8. IMPLEMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

O Plano de ação da Cidade Amiga do Idoso de Capitão Leônidas Marques foi desenvolvido intersetorialmente, abordando os problemas identificados pelas pesquisas quantitativas e qualitativas, e na sequencia desenvolvido as ações, metas, os prazos para execução, de forma que ocorra a efetivação.

Para a real implementação destas ações, existe a necessidade da realização de uma fiscalização, acompanhamento e avaliação. E por meio de cada departamento envolvido, a fiscalização será do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) junto as Secretarias Municipais envolvidas.

A consolidação das metas estabelecidas neste plano terá impacto na legitima garantia de direitos, de cidadania dos idosos, o bem estar social, autoestima, assim tendo um envelhecimento ativo desta parte da população.

Cabe salientar, a importância deste plano para esta parcela da população do município, o qual passa a solicitar melhorias e inovações em diversas áreas através dos serviços que serão disponibilizados. Demonstra-se, portanto, que aqui se articula um ponto de partida para que a realidade de nossos idosos possa ser planejada com um olhar diferenciado.

Entendemos que os processos de monitoramento e avaliação serão de extrema importância, caminharão lado a lado, tornando-se etapas fundamentais na evolução de programas, projetos, ações ou planos, portanto, são ferramentas que acompanham o que foi estabelecido como meta, indicador e prazo, a fim de concretizar e melhorar o que foi planejado. Este acompanhamento será constante, de forma que seja analisado anualmente, a contar do ano de 2021.

O acompanhamento vem fiscalizar se os resultados estão sendo alcançados e/ou corrigir erros no caminho quanto à melhoria da qualidade de vida e garantia dos direitos das pessoas idosas.

Finaliza-se e espera-se que este plano, possa fortalecer também a rede intersetorial de atendimento, mobilizando tanto o governo quanto a sociedade civil, comércio local e munícipes para a promoção dos direitos da pessoa idosa, gerando assim, oportunidade de inclusão, reconhecimento dos idosos de nosso município e um envelhecimento saudável e ativo.

# **9. REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n.º 1.948**, de 03 de julho de 1996. Regulamenta a Lei 8.842, sancionada em 04 de Janeiro de 1994, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.741**: Estatuto do Idoso, 01 de outubro de 2003. Brasília 2003.

CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES. Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Secretaria de Assistência Social, 2017. 34 p.

CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES. **Lei nº 8.842,** de 04 de janeiro de 1994, Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

IBGE. Perfil dos Idosos responsável pelo domicílio no Brasil 2000. Estudos e Pesquisa:

Informação Demográfica e Socioeconômica, n.9,2002. Disponível em: Acesso em 10 de Dezembro.

IBGE. **Capitão Leônidas Marques/PR.** 2021. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/capitao-leonidas-marques.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Capitão Leônidas Marques.** 2021. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85790&btOk=ok>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MINAYO, Maria Cecília. **Violência conta Idosos**: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2º edição, 2005, 48p.

PARANÁ. **Plano Estatual Dos Direitos Da Pessoa Idosa Do Paraná**. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU. Disponível em: < https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Politica-da-Pessoa-Idosa>. Acesso em: 04 de ago.2021.

**POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DA PESSOA IDOSA** - Min. da Saúde- Brasília.

1. O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas pública capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. [↑](#footnote-ref-1)